
terra roxa

e outras terras

Revista de Estudos Literários

IRACEMA VOOU?!

Sandra Maria Pereira do Sacramento (UESC)
josy_more@hotmail.com

RESUMO: Neste artigo, a partir da letra da música “Iracema Voou” de Chico Buarque, levantam-se questões não atentadas pelos estudos de gênero, em sua crítica às ondas feministas. Entre essas, destaca-se, em sua crise atual, a globalização, cujos princípios universais e totalizantes reportam-se ainda às metanarrativas da racionalidade ocidental. Tal coordenada econômica é vista aqui como fator interveniente à causa da mulher migrante, mesmo diante do suposto reconhecimento da valorização do multiculturalismo e da hibridação.

PALAVRAS-CHAVE: mulher; feminismo; gênero; migração; globalização.

1. IMPASSES DA GLOBALIZAÇÃO:

Contrariamente ao Estado-nação burguês, os limites territoriais e as línguas nacionais, a princípio, já não são mais balizas identitárias da nação (Canclini 2005). Em relação à identidade de gênero, enquanto construção discursiva, também se assiste a outra dimensão de entendimento, ao serem explicitadas as suas várias estratégias de sustentação do passado, calcadas em metanarrativas etno-falocêntricas. Tais metanarrativas legitimaram-se em princípios como: a sociedade visa o bem de todos, a ciência possui um enunciado calcado em princípios inquestionáveis e não-subjetivos e na noção do conhecimento, produzido para si mesmo, como no idealismo alemão, como emancipação (Lyotard 1989).

As metanarrativas, sistemas discursivos de legitimação, foram postos a serviço do Ocidente, desde a Grécia antiga, e impuseram a absolutização dos lugares enunciativos, em que o dissenso e a fragmentação tornaram-se banidos em nome da ordem e da exclusão. O relato mítico, a filosofia, e a literatura encerraram, a princípio, tal desiderato, como os grandes balizadores comportamentais a prescreverem e a encerrarem a melhor maneira de dar sentido ao mundo. Os referidos relatos anco-

raram-se em uma perspectiva monística, em que a hortodoxia constitui a pedra de toque a velar por sua manutenção e, mais do que tudo, para a sua naturalização. A esses se somaram outros, como os de cunho religioso judaico-cristãos, respaldados no judaísmo e no catolicismo; o Colonialismo/Imperialismo e as grandes ideologias, na esteira do Iluminismo francês, tanto de direita, quanto de esquerda. Subsidiários desses, podemos acrescentar ainda os paradigmas dicotômicos, que estabeleceram relações entre nações: centro/periferia; entre gêneros: homem/mulher; entre classes sociais: hegemônica/não-hegemônica e entre etnias: branco/negro. Se recorrermos ao discurso da ciência, por outro lado, no processo interpretativo da realidade socio-histórica, veremos que, quase sempre, são discursos - amparados em uma racionalidade constitutiva -, que disfarçam arbitrariamente os cortes e são incapazes de redimensionar algumas escalas, legitimadas em valores perenes.

O revisionismo lançado aos grandes discursos emancipadores do passado evidenciaram a visão de totalidade imposta à interpretação dos fenômenos. Se, a princípio, o papel do Estado-nação encerrava crenças político-ideológicas, - como pertencimento, proteção e identidade, entre outras, - hoje se impõe o reposicionamento do agir; mas tal flexibilização está longe da instauração de um mundo efetivamente multicultural e atento às diferenças. E Saskia Sassen chama atenção ao fato recorrente em relação a formas antigas da política do Estado nacional, ainda presentes na atualidade:

Loin d'y voir un simple retour à des formes anciennes, Il est crucial de reconnaître la spécificité des pratiques d'aujourd'hui et des moyens que les rendent possibles. Cette spécificité résulte en partie du fait que les espaces interfrontaliers doivent être dégagés dans le contexte de l'enchâssement de la plus grande partie du territoire dans un cadre national solide et hautement formalisé sous l'autorité exclusive de l'Etat national (Sassen 2009: 20).

Tradução: Longe de ver um simples retorno a formas antigas, é crucial reconhecer as práticas específicas de hoje de forma a torná-las possíveis. Essa originalidade se deve em parte porque os espaços entre fronteiras devem ser expostos no contexto do fortalecimento da maior parte do território Nacional; algo sólido e altamente formalizado sob a autoridade exclusiva do Estado Nacional.

Logo, o Estado-nação encontra-se em um processo de reconfiguração na atualidade da economia globalizada, e constitui um dos elementos-chave necessários para se entender a especificidade da globalização. Assim, tais articulações entre o nacional e o global ganham nuances diferentes daquelas do passado quando o Estado-nação detinha os rumos da economia local.

2. IRACEMA...IRACEMAS OU A CIDADANIA POSTERGADA

A letra da canção “Iracema voou” (1998), de Chico Buarque, abaixo reproduzida, representa uma nordestina também chamada Iracema, como a da obra homônima de José de Alencar, que migrou para os Estados Unidos e telefona, supostamente, para o Brasil, se intitulando Iracema da América:

Iracema voou
Para a América
Leva roupa de lã
E anda lépida

Vê um filme de quando em vez
Não domina o idioma inglês
Lava chão numa casa de chá
Tem saído ao luar
Com um mímico
Ambiciona estudar
Canto lírico

Não dá mole pra polícia
Se puder, vai ficando por lá
Tem saudade do Ceará
Mas não muita

Uns dias, afoita
Me liga a cobrar
Iracema da América
(BUARQUE DE HOLANDA)

A letra da música está disposta em quatro estrofes, formadas cada uma delas por: três versos, a primeira; sete versos, a segunda; quatro versos, a terceira e três versos, a quarta; que nos dão a amplitude de sentimentos e as ações experimentadas por Iracema. Na primeira estrofe, sobressai-se o adjetivo, em função predicativa: lépida. Se consultarmos o dicionário, vamos encontrar o registro de que se trata de alguém ‘engraçado’, ‘jovial’, próximo, para nós, no contexto, de uma pessoa “desavisada”, que “não sabe o que vai encontrar”; isto é, ela chega à América, leia-se Estados Unidos, cheia de esperança, sem ter vivenciado ainda a condição de mulher migrante, em um país central. As duas estrofes seguintes nos dão informações sobre as intenções da nordestina. Ela tem a intenção de crescer, estudar canto lírico, mas só lhe resta de concreto o seu relacionamento com um “mímico”. De modo bastante pertinente, o autor da letra coloca a condição vivida pela migrante, que, para ser, precisa desenvolver habilidades de sobrevivência, que se aproximam do teatral. Na última estrofe, o autor retoma a caracterização adjetivada sobre Iracema; em que o adjetivo, em

função predicativa, volta à cena, não para falar do progresso vivido pela personagem, mas para nos dar notícias de sua pobreza. Para se comunicar, supostamente com o Brasil, se utiliza do serviço telefônico “a cobrar”, porém, diferentemente, da primeira estrofe, em que se apresenta lépida, agora está afoita, predicação próxima de angustiada, pelo fato de não ter alcançado o progresso esperado.

Ao contrário da Iracema de José de Alencar, que fica restrita ao seu lugar de nascimento e acaba *condenada* à morte, após o contato com o colonizador; Iracema de “Iracema Voou” consegue mover-se dentro do continente americano; mas não alcança a promoção esperada, pelas vicissitudes enfrentadas. Essas são produtos de instâncias moventes, que se radicam em um contexto pleno de assimetrias de toda ordem, que envolve: nação, gênero, classe e etnia, atravessadas pelo econômico e pelo cultural, que vão muito além das aspirações do individual. Sobressaem na letra “Iracema Voou”, questões como migração da mulher de país periférico, como o Brasil, ou de qualquer um da América Latina, para outro central, atrelado ao modelo do neoliberalismo, em uma economia globalizada. Desta sorte, acena-se com a diferença como forma de entendimento da identidade nacional; do mesmo modo, que as identidades de gênero aí presentes explicitam uma coordenada *outrativa* de ver a mulher brasileira sendo também síntese de várias etnias.

De acordo com a UNESCO, migrante é a “pessoa que passa por mudança (semi) permanente de residência que envolve mudança no seu ambiente econômico e/ou cultural”. E as novas territorialidades, quase sempre, apresentam uma resistência ao que é apresentado como novo, entretanto, ocorre, no país de acolhimento, uma nova cartografia social, produto da mistura entre a bagagem cultural trazida, na qual se encontra a de gênero, e aquela encontrada. É como afirma Rogério Haesbaert em: *Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos*:

Com relação à identidade e diferença ocorre um cruzamento ainda mais íntimo, pois não há como “identificar-se” algo sem sua “diferenciação” (em relação ao “outro”) seja construída, a ponto de “diferenciar-se” e “identificar-se” tornarem-se completamente indissociáveis - isto demonstra, de saída, o caráter permanentemente relacional da construção identitária, sempre produzida na relação com aquele estabelecido com o seu “outro”. (Haesbaert 2007: 36)

Lidar com a alteridade é uma forma de experiência limite; essa pode ser reduzida à força ou pode também gerar a comunicação. Ora, essas construções de novas territorialidades híbridas só são possíveis de serem tecidas no ato migratório, no espaço de reconstrução de algo passado, que só permanece na memória, tendo as redes sociais, papel chave de ligação afetiva preponderante. Pode-se dizer que tradição ocidental, encerrada, no princípio da semelhança e exclusão, ainda se encontra de plantão, quando se trata de lidar com a migrante de país, oriunda de país não central. Isto porque relações hierárquicas entre sistemas econômicos transnacionais são capazes de atualizar velhas fissuras ente o *mesmo* e a *diferença*, em conexão estabelecida entre Norte/Norte planetário. Neste raciocínio, Saskia Sussen, mais uma vez nos auxilia:

Le système économique nord-atlantique (plus spécifiquement, les liens qui unissent l' Union européenne, les États-Unis et le Canada) représente la concentration majeure des processus de la globalisation économique dans le monde d'aujourd'hui. [...] C'est à travers cette incorporation dans un réseau global hiérarchisé centré sur le nord-atlantique que les relations avec leurs zones d'influence sont désormais constituées. (2007: 64-66, grifos nossos)

Tradução: O sistema econômico norte-atlântico (mais especificamente, as ligações que unem a União Europeia, os Estados Unidos e o Canadá) representa a maior concentração de processos da globalização econômica do mundo hoje em dia. (...) é através desta incorporação em uma rede global hierarquizada, centrada no norte-atlântico, que as relações com as suas zonas de influência são cada vez mais constituídas.

Ainda que existam outras regiões majoritárias na economia global, como China, Japão, Ásia e América Latina, essas não alcançam o montante de circulação comparável ao que ocorre no sistema norte-atlântico. E a migração de mulheres de países não centrais para os centrais, no cenário do neo-liberalismo globalizado, responde, muitas vezes, a interesses, vinculados a laços étnicos e mesmo a coloniais antigos. E o tráfico ilegal de mulheres para o comércio do sexo ocorre em grandes proporções, oriundo de regiões mundiais empobrecidas, como é o caso do Nordeste brasileiro, em que a indústria do turismo e de entretenimento associa-se à prostituição de mulheres, como forma de receita. E, neste cenário, a mulher migrante ainda encarna, em um processo ressemantizado, o preconceito de gênero, etnia e classe; em reforço aos processos de marginalização (Horia 2006), pois características como cor da pele, traço do rosto, forma dos olhos ou a textura do cabelo são associadas aos valores morais, sociais ou psicológicos, enquanto fatores de discriminação. Dito de outro modo: não são as diferenças perceptíveis que, de fato, excluem, mas sim os valores acordados pela sociedade acerca de tais diferenças. Isso porque é o grupo de país central, adulto, branco, de sexo masculino, católico, de classe burguesa, que impõe aos outros, através da linguagem, a definição da norma, com toda sorte de incoerência originária, que passam a aceitar que as coisas são como são (Guillaumin 1992).

Tais visões atualizam, em grande medida uma espécie de política imperialista, que remonta às teorias eugênicas do século XIX, como o evolucionismo social, o positivismo e o naturalismo, que vieram no Brasil um “*modelo de falta e de atraso*, em função de sua composição étnica e racial” (Schwarcz 1993: 36). O evolucionismo dá à elite europeia a consciência da possibilidade da expansão capitalista, com a noção de que havia raças nobres e superiores autorizadas, por sua história e cultura, que poderiam intervir sobre aquelas oriundas de povos atrasados e primitivos (Ortiz 2005).

Como nos esclarece Cornelius Castoriadis em “Individu, société, retionalité, histoire”, publicado em *Le Monde Morcelé: Les carrefours du labyrinthe* (1990), acerca da concepção de Razão, imposta a outros povos a partir de 1453, com a expansão marítima europeia. O acesso ao mundo de significações socioimaginárias se dá através de “l’homologie différenciée et articulée de ses parties, comme leur synergie”. E

continua: “Ces significations existent effectivement (social-historiquement) en étant instituées” (1990: 65). Não é possível pensar o mundo sob uma única coordenada racional e teleológica. Tal princípio faz *tábula rasa* de outras culturas, de outros processos históricos. E Castoriadis nos alerta:

La philosophie de l’histoire ne commence pas avec une lecture de Kant, mais avec une étude des sacrifices humains chez les Aztèques, de la conversion massive à l’islam des populations chrétiennes de la moitié de l’Empire d’Orient, du nazisme et du stalinisme, par exemple (1990: 66).

Tradução: A filosofia da história não começa com uma leitura de Kant, mas com um estudo de sacrifício humano entre os astecas, a conversão em massa ao Islã das populações cristãs da metade do Império do Oriente, do nazismo e do estalinismo, por exemplo.

É necessário, então, alijar, sob qualquer prerrogativa do imperativo do a priori essencialista, em nome do contexto de demandas. E trazendo a discussão para o pensamento derridiano, somos, como ele, obrigados a questionar a noção de identidade, da tradição ocidental, fundamentada em uma coerência lógica, livre da contradição, homogênea, presente ou igual a si mesma (Derrida 2008); em detrimento de qualquer elemento que leve à impureza, à complexidade ou à mediação da consciência, como espelho da linguagem. Derrida cria o neologismo *différance*, a partir dos verbos de língua francesa *différer* e *diférer*, que, respectivamente, querem dizer adiar, diferir, citar e deferir. La *différance* vem a ser a constituição mesma do signo, em sua condição vicária, isto é, em seu processo de significação, usado sempre no lugar de algo. À *diférance* (= diferença preterida), atribui a capacidade de o pensamento metafísico colocar de lado o que lhe causa constrangimento, postergando sempre aquilo que pode trazer o dissenso (Derrida 2009). Logo, a desconstrução centra sua crítica aos monismos, que se opõem ao dialogismo, ao pluralismo, à diferença, quando incide suas análises em textos, visando evidenciar a vulnerabilidade de significação, que balizaram todos os centros excludentes dos pares dicotômicos ocidentais: centro/periferia, branco/negro, homem/mulher etc.

Michel Foucault, grande conhecedor da filosofia de Nietzsche, questionou não a relação da verdade com as coisas, mas a forma como os discursos são instituídos como princípio de verdade, seja na medicina, seja na sociedade, em geral; chamando atenção para como os *jogos de verdade e exclusão* são engendrados, isto é, organizados socialmente. Logo, o que é tolerável é aquilo que foge às normas da exclusão, em síntese, o que é aceito. Entre suas obras mais famosas, estão *História da Loucura* (2003), *As palavras e as coisas* (1999), *A arqueologia do saber* (1997) e *Vigiar e Punir* (1977) e todas elas, guardadas as temáticas de cada uma, encerram a concepção de que o cidadão encontra-se atravessado por discursos que o precedem. Ele apregoa, em última instância, a morte do *sujeito cartesiano*, aquele que se diz racional, fruto do seu livre arbítrio, uma vez que não somos autores dos nossos discursos, mas meros veículos para aqueles que estão legitimados por instâncias sociais.

Para Foucault, o poder não se encontra em instâncias fechadas, isto é, em instituições, mas de forma difusa na estrutura social. Alerta-nos, entretanto, que o poder do Estado instituído em uma sociedade também exerce sua coerção, entre os cidadãos, entre outras microfísicas, isto é, aquilo que não é percebido, mas que coage para a manutenção de uma verdade. Então, as regras de sujeição disciplinar vão determinar as fronteiras do permitido e do não permitido, porque se embasam em pares que se opõem da modernidade. Em *Vigiar e Punir*, Foucault vai nos dizer que as disciplinas atravessam o corpo social e a realidade mais concreta do ser humano - o próprio corpo - como uma rede, sem que suas fronteiras sejam delimitadas, por meio de “Métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” (Foucault 1977: 139).

Neste sentido, o imaginário é produzido com forma simbólica de se dar sentido ao mundo, não insidiosamente automática, como queria o marxismo (Marx 2003), como a dupla infra-superestrutura (Althusser 1975), mas a partir da produção de sentido, via mediação, que passa, necessariamente, pelo social e pelo individual. É preciso aceitar que nenhuma identidade, seja de nação, seja de gênero, é completamente fluída ou fixa, de modo ontológico; ela é antes oriunda de tensões contraditórias, entre a ananké (necessidade social) e a contingência (individual); ou, como diria Lukács de *L'âme et les formes* (1974), produto da tensão entre *la vie* e *la vie*.

Homi Bhabha, em entrevista ao jornal *O globo*, coloca a situação contraditória, no que se refere às garantias individuais, - enfrentadas, hoje em dia, pelos países centrais, entre o modelo de nação passado e aquele explicitado pela crise econômica globalizada. Ocorre assim a demanda de conciliação entre o passado das sínteses totalizadoras da modernidade, como imperativo frente às circunstâncias, e a necessidade de abertura à alteridade, em sua diferença, pois toda a noção sobre a cidadania estrutura-se na perspectiva de que se deve estar está diante do Estado, sem trazer consigo a sua bagagem cultural. Mas, obviamente, na prática isso não acontece (Bhabha 2012).

Nessa coordenada, iniciativas recentes em prol da promoção das mulheres almejam ao seu empoderamento, em âmbito nacional, como a Secretaria de Mulheres, junto ao governo federal, a Lei Maria da Penha e mesmo na estipulação de cotas para a disputa de cargos governamentais. Em nível internacional, por seu turno, ocorreu a criação da ONU *Womman*, em 2010, vinculada a um leque de aspirações que vão da erradicação da pobreza extrema, da fome no mundo, da promoção da igualdade entre os gêneros, ao desenvolvimento sustentável. Entretanto, apesar de esforços contínuos, várias demandas ainda se encontram defasadas. Quanto aos direitos civis da mulher migrante brasileira, esses carecem de serem mais equânimes, no que diz respeito ao seu estado de direito em país estrangeiro, levando-a a sofrer um compósito de exclusão, por sua origem, gênero, classe e etnia. Não raro, migrantes oriundas de países periféricos, como o Brasil, chegam aos centrais de forma ilegal, eternizando a marginalização, quando passam a ser chamadas *sem papel*, isto é, sem o visto legal dos lugares eleitos como moradia. A partir daí, ficam reféns do subemprego e, muitas

vezes, da exploração sexual, acabando por atualizar características prévias atribuídas ao Brasil e à sua mulher, que datam de teorias ainda do século XIX.

FEMINISMOS: ENTRE A ESSENCIALIZAÇÃO E A PARIDADE:

As primeiras feministas da essencialização - também chamadas de históricas ou da igualdade - padeceram de uma perspectiva reducionista, ao reivindicarem a participação da mulher na construção do Estado-nação. Suas críticas, restritas ao regime patriarcal do Ocidente, eram oriundas basicamente da mulher branca e de classe média, porque ainda trabalhavam em bases dicotômicas, ancoradas no edifício filosófico da tradição, essas, em si mesmas, excludentes do: alto/baixo, claro/escuro, natureza/cultura, homem/mulher, centro/periferia. As da segunda onda, por outro lado, circunscreviam a mulher à sua diferença, já que as metanarrativas haviam sido narradas no masculino; enquanto as do pós-feminismo, em uma análise genealógica, ao fazer eco com os estudos de gênero, entendem que a exclusão, por que passa a mulher, não tem um centro irradiador único - pai, Estado, Deus -, mas se alastra, em um jogo de trocas simbólico-discursivas que, performativamente e construtivamente, se repete em nome da manutenção da ordem dominante, encontrável em qualquer processo de exclusão das minorias, entre as quais se encontra, evidentemente, a mulher. Logo, deve-se pensar o gênero não apenas como uma construção, mas também, como desconstrução de categorias atravessadas por outros interstícios culturais, indo muito além da opressão de um patriarcado eterno que se alastra somente como mais um dos construtores da feminilidade. Butler justifica o processo classificatório de toda identidade, afirmando que “são construções discursivas elaboradas e colocadas sobre a mulher, racializando e etnicizando seu corpo ‘de um exterior, de um domínio de efeitos inteligíveis’” (1999: 22). Assim, ao refutar os essencialismos, Butler defende a questão da performatividade, enquanto produção de identidade, porque “descola” o fenômeno da produção discursiva do mesmo. Isto é, defendendo aqui a ideia de que os discursos e os sistemas classificatórios de representação são capazes de posicionar as identidades, tanto nacionais, quanto de gênero, ambas com forte vínculo com a cultura, sem, porém, fixá-las. Isso porque trabalham com a fixidez e a estabilidade, mas, ao mesmo tempo, têm a possibilidade de resvalarem para a desestabilização e para a subversão. Nesse processo, o *entre-lugar* discursivo tem sua fundamentação e não pode deixar de se opor às *ideias fora do lugar* (Schwarz 1981), uma vez que essas ainda estão ancoradas em uma forma de pensar em pares opositivos, norteadores da modernidade.

Assim, em épocas de multiculturalismo e de globalização (Hall 2004), ocorre a relativização do conceito de identidade, que passa a ser substituído pelo de identificação: “em suas formas atuais, desassossegadas e enfáticas, a globalização vem ativamente desenredando e subvertendo cada vez mais seus próprios modelos culturais herdados essencializantes e homogeneizantes, desfazendo os limites e, nesse processo, elucidando as trevas do próprio ‘Iluminismo’ ocidental” (Hall 2008: 43). Entretanto, não há possibilidade de o jogo político-econômico ficar apartado do cidadão, sob pena de

colocar por terra a verdadeira democracia. E Habermas, em “Rendons l’Europe plus démocratique!”, expõe a seguinte argumentação, no caderno Idée do *Le Monde*: “A fragmentação política durável no mundo e na Europa está em contradição com a crença sistêmica de uma sociedade mundial multicultural, e bloqueia todo progresso no que diz respeito à civilização jurídico-constitucional dos Estados e a sociedade” (Habermas 2011).

Nesse processo, as Iracemas, tributárias sim de uma herança europeia da colonização, enfrentam outras demandas, que fogem ao eixo do essencialismo de gênero das primeiras feministas. A mulher migrante encarna a luta diuturna de sua condição de ser, que habita a pólis e reivindica um lugar ao sol, negado, na sua grande maioria, no local de seu nascimento e mesmo no país receptor. Quase sempre, essa se depara com a desestabilização de sólidas tradições de seu país de origem, entretanto, mostra igualmente sua capacidade de inventar a tradição, ao experimentar trocas culturais capazes, sem dúvida, de causar efeitos significativos sobre a relação de dominação entre homens-mulheres (Canclini 2005). Se a Iracema, *virgem dos lábios de mel* (Alencar 1991: 6), esqueceu sua cultura e entregou-se ao europeu, a Iracema atual clama pela cidadania, em uma sociedade capitalista globalizada, que não foi capaz de gerar bem-estar a todas, para não dizer a todos no planeta Terra, uma vez que a cartografia geopolítica permanece estabelecida Norte-Norte, e o Sul ainda responde pela natureza, pelo instinto, pela não-razão.

CONCLUSÕES FINAIS:

É fato sabido que a legibilidade do espaço foi um dos desafios maiores, de forma cartográfica, estabelecido de forma panóptica pelo Estado-Nação, tendo o ofício de cartógrafo se constituído no direito de domínio eurocêntrico sobre os seus próprios limites territoriais, mas também culturas e povos em escala planetária. O Estado moderno tornou-se uma forma de controle supracomunitária necessário ao poder administrativo. Hoje, por outro lado, ocorre um processo mundial de reestruturação, em escala planetária, com uma nova hierarquia sociocultural, como efeito forçado da globalização, apesar de as grandes narrativas teleológicas terem sido colocadas em questionamento. Nesse sentido, a teoria feminista atual amplia o entendimento de que as identidades de nação, gênero, classe e etnia se ancoram no processo de representação da modernidade, da metafísica da substância, enquanto efeito, no jogo profundo da diferença e da repetição. Cabe, então, utilizar esses mesmos dispositivos identitários capazes de excluir, porque calcados em princípios transcendentais da igualdade universal, e trazê-los para o contexto das demandas existenciais e aventar com mudanças efetivas; pois as sociedades pós-coloniais, multiétnicas reivindicam identidades múltiplas e híbridas (Hall 2008), dentro de uma unidade republicana; uma vez que o princípio duplo, excludente e hierarquizador da modernidade, não levou em conta a alteridade encerrada nos segundos dos pares. As vozes silenciadas das mulheres, que migram para países centrais, assim, colocam-se pela tomada da palavra. Esta, evidentemente, não constitui uma concessão da força hegemônica,

antes ocorre pela negociação colocada no interior do poder enunciativo do discurso. Desse modo, é esperada a desautomatização de um esquematismo conceitual, posto sobre o Brasil e, principalmente, sobre a mulher brasileira, que esteve condicionada a estereótipos presos ainda ao desfrutável e ao exótico, cultivados desde a carta de fundação em sua descrição das terras ameríndias. Por outro lado, a figura feminina deve ser evidenciada em sua dinâmica existencial híbrida, em seu relacionamento diuturno contextualizado.

OBRAS CITADAS

ALENCAR, José de. 1991. *Iracema* (1865). São Paulo: Ática.

ALTHUSSER, Louis. 1975. *Pour Marx*. Paris: François Maspero.

BHABHA, Homi. 2012. “Homi Bhabha e o valor das diferenças”. Por Fernando Eichenberg. <<http://oglobo.globo.com/blogs/posts/2012/01/14/homibhabha-o-valor-das-diferencas-426300.asp>>

BUARQUE DE HOLANDA, Chico. 1998. “Iracema voou”. *Chico ao Vivo*, CD duplo. Rio de Janeiro: Universal.

BUTLER, Judith. 1999. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. G. Lopes Louro, org. *O corpo educado. Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica. 151-172.

CANCLINI, Nestor Garcia. 2005. *Diferentes, Desiguais e Desconectados: mapas da interculturalidade*. Rio de Janeiro: UFRJ.

CASTORIADIS, Cornelius. 1990. *Le Monde Morcelé: Les carrefours du labyrinthe*. Paris: Seuil.

DERRIDA, Jacques. 2008. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva.

———. 2009. *A escrita e a diferença*. São Paulo: Perspectiva.

FOUCAULT, Michel. 1997. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

———. 1997. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes.

———. 1999. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes.

———. 2003. *História da loucura na idade clássica*. São Paulo: Perspectiva.

GUILLAUMIN, Colette. 1992. *Sexe, race et pratique de pouvoir. L'idée de Nature*. Paris: Côté-femmes.

HABERMAS, Jürgen. 2011 “Rendons l'Europe plus démocratique!” *Le Monde* Cahier Idée (25 oct).

HAESBAERT, Rogério. 2007. *Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: Acces.

HALL, Stuart. 2004. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.

———. 2008. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: UNESCO.

LYOTARD, Jean-François. 1989. *A Condição Pós-moderna*. Lisboa: Gradiva.

LUKÁCS, Georges. 1974. *L'âme et les formes*. Paris: Gallimard.

MARX, Karl. 2003. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Rio de Janeiro: Martins Fontes.

ORTIZ, Renato. 2005. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense.

SASSEN, Saskia. 2009. *La Globalisation. Une sociologie*. Paris: Gallimard.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. 1993. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil- 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.

SCHWARZ, Roberto. 1981. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades.

UNESCO. 2008. *People on the Move. Handbook of selectes terms and concepts*. The Hague Process on Refugees and Migration (THP Foudation) and UNESCO, 12. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001636/163621e.pdf> Acesso em: 26/06/2012.

IRACEMA FLEW?!

ABSTRACT: In this article, from the letter of music Iracema flew of Chico Buarque, questions arise not taken into account by gender studies, in his criticism of the feminist waves. Among these, it stands out, in his current crisis, globalization, whose universal principles and totalizing relate even the meta-narratives of western rationality. Such coordinated economic and view here as an intervening factor the cause of women migrants, even before the supposed recognition of appreciation of multiculturalism and hybridisation.

Keywords: woman; feminisms; gender; migration; globalisation.

Recebido em 15 de agosto de 2012; aprovado em 20 de dezembro de 2012.